



Conselho
Regional de
PSICOLOGIA SP

PSI

nº 186 • Janeiro | Fevereiro | Março • 2016

9

CONGRESSO
NACIONAL DE
PSICOLOGIA

É HORA DE DEFINIR OS RUMOS DA PROFISSÃO

4

ORIENTAÇÃO

Cuidados relativos à divulgação do trabalho profissional

9

PERPECTIVA DO USUÁRIO

A luta em defesa da Reforma Psiquiátrica e por uma sociedade sem manicômios

12

QUESTÕES ÉTICAS

Psicologia e aspectos éticos relacionados à vida

ORIENTAÇÃO | PUBLICIDADE DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL

Dilemas éticos e cuidados envolvidos na divulgação do trabalho da/o profissional na psicologia.

AMÉRICA LATINA | ENTREVISTA: EDGAR BARRERO

Secretário geral da ULAPSI fala da construção de uma psicologia descolonizada e emancipatória na América Latina.

PERSPECTIVA DO USUÁRIO | A DEFESA DA REFORMA PSIQUIÁTRICA

Em ato pela saída de Valencius da pasta de saúde mental do Ministério da Saúde, usuários dos serviços explicam porque lutam pelo fim dos manicômios.

QUESTÕES ÉTICAS | A PSICOLOGIA E A BIOÉTICA
Especialistas discutem a complexidade e a relação entre a psicologia e os aspectos éticos relacionados à vida.

PROCESSO ÉTICOS | REGISTRO DOCUMENTAL

A importância da/o psicóloga/o realizar o prontuário ou o registro documental dos serviços psicológicos prestados.

CAPA | O 9º CONGRESSO NACIONAL DE PSICOLOGIA

O evento acontece em junho e, com os temas igualdade e democracia no cotidiano, definirá os rumos da psicologia para o próximo triênio.

CAPA | A HISTÓRIA DOS CONGRESSOS NACIONAIS

No período pós ditadura militar, nasce também na psicologia um dos mecanismos mais democráticos da profissão.

CAPA | SUBSEDES | A PREPARAÇÃO PARA O CNP

Com eventos preparatórios e Pré-Congressos, as/os psicólogas/os já participam, em sua fase mais capilarizada, dos debates do Congresso Nacional.

ELEIÇÕES | PRÓXIMAS GESTÕES DOS CONSELHOS SERÃO DEFINIDAS EM AGOSTO

No dia da/o psicóloga/o, 27 de agosto, todas/os as/os profissionais poderão escolher as chapas que estarão à frente dos Conselhos Regionais e Federal.

UM DIA NA VIDA | A EDUCAÇÃO POSITIVA NA PSICOLOGIA INFANTIL

A psicóloga infantil Daniella Freixo conta como começou a trabalhar com crianças e as principais questões sobre as quais se debruça.

MURAL

CRP-SP debate os 25 anos do ECA e CREPOP realiza pesquisa sobre direitos sexuais e reprodutivos.

ESTANTE

Além do novo livro de Roberto Tykanori, a seção indica filmes e mostras artísticas em São Paulo.

4

6

9

12

15

16

20

24

26

28

30

31

psi

Publicação do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, CRP SP, 6ª Região

Diretoria

Presidenta | Elisa Zaneratto Rosa
Vice-presidenta | Adriana Eiko Matsumoto
Secretário | José Agnaldo Gomes
Tesoureiro | Guilherme Luz Fenerich

Conselheiros

Alacir Villa Valle Cruces, Aristeu Bertelli da Silva, Bruno Simões Gonçalves, Camila de Freitas Teodoro, Dario Henrique Teófilo Schezzi, Gabriela Gramkow, Graça Maria de Carvalho Camara, Gustavo de Lima Bernardes Sales, Ilana Mountian, Janaína Leslão Garcia, Joari Aparecido Soares de Carvalho, Livia Gonsalves Toledo, Luis Fernando de Oliveira Saraiva, Luiz Eduardo Valiengo Berni, Maria das Graças Mazarin de Araujo, Maria Ermínia Ciliberti, Marília Capponi, Mirnamar Pinto da Fonseca Pagliuso, Moacyr Miniussi Bertolino Neto, Regiane Aparecida Piva, Sandra Elena Spósito, Sergio Augusto Garcia Junior, Silvio Yasui

Realização

Jornalista responsável Gabriela Moncau (MTB 0069610 SP)

Reportagens e Edição Gabriela Moncau

Direção de arte Sergio Rossi

Capa | Arte Sergio Rossi | Foto: Divulgação CRP-SP

Revisão CRP-SP

Impressão Rettec Artes Gráficas

Tiragem 92.000 exemplares

Sede CRP SP

Rua Arruda Alvim, 89, Jardim América
Cep 05410-020 São Paulo SP
Tel. (11) 3061-9494 | fax (11) 3061-0306

E-mails

Atendimento | atendimento@crpsp.org.br

Diretoria | direcao@crpsp.org.br

Informações | info@crpsp.org.br

Centro de Orientação | orientacao@crpsp.org.br

Administração | admin@crpsp.org.br

Comunicação | comunicacao@crpsp.org.br

Site

www.crpsp.org.br

Subsedes CRP SP

Assis | tel. (18) 3322-6224, 3322-3932

Baixada Santista e Vale do Ribeira

tel. (13) 3235-2324, 3235-2441

Bauru | tel. (14) 3223-3147, 3223-6020

Campinas | tel. (19) 3243-7877, 3241-8516

Grande ABC | tel. (11) 4436-4000, 4427-6847

Ribeirão Preto | tel. (16) 3620-1377, 3623-5658

São José do Rio Preto | tel. (17) 3235-2883, 3235-5047

Sorocaba | tel. (15) 3211-6368, 3211-6370

Vale do Paraíba e Litoral Norte

tel. (12) 3631-1315

Em memória de Milton Bellintani (1960-2015), editor dos números 179, 182, 183, 184 e 185 do Jornal Psi.



Uma Psicologia construída

A PARTIR DE MUITAS VOZES

Diretrizes e referências para a profissão produzidas com a participação dos Conselhos de todo o país, para que sejam ouvidas as especificidades de cada região, identificadas a partir dos debates locais realizados com as/os psicólogas/os que nela fazem, todo dia e em muitos lugares, a Psicologia. Instâncias de deliberação da categoria, onde as/os profissionais possam apontar as diretrizes, as prioridades, os posicionamentos que devem orientar a gestão dos Conselhos de Psicologia. Muitos espaços de diálogo sobre a profissão, dos quais devem derivar os parâmetros de orientação sobre o exercício profissional e os posicionamentos dos Conselhos de Psicologia na sua relação com o Estado. Assim produzimos, ao longo das últimas duas décadas, aquilo que reconhecemos como a democratização dos Conselhos de Psicologia.

Superando os mecanismos estritamente legais que regulam uma entidade criada no contexto da ditadura militar, caminhamos com a sociedade brasileira inventando novos mecanismos de funcionamento, que primam pela participação da categoria e pelo diálogo das várias entidades que compõem o Sistema Conselhos e que organizam a Psicologia brasileira. Esse é, para nós, o método a partir do qual devemos transformar a profissão, atendendo às necessidades e demandas resultantes de transformações da própria sociedade.

Temos defendido, como CRP-SP, nenhum passo atrás em relação a essa conquista da Psicologia brasileira. Ao contrário! É hora de transformar em marco legal os mecanismos sustentados pelo pacto político ao longo de muitos anos. É hora de intensificar e avançar nos mecanismos de democratização, respondendo ao debate que na sociedade brasileira se apresenta sobre a necessária participação social nos

processos decisórios e na implementação das políticas que respondem às necessidades da população.

Em nome desse compromisso, o CRP-SP não poupou esforços para promover e ampliar a participação da categoria do estado de São Paulo no 9º Congresso Nacional da Psicologia. Foram realizados, desde os últimos meses de 2015 até o presente momento, cerca de 90 eventos preparatórios em todo o estado de São Paulo. Eventos que se capilarizam, na medida em que se espalham por diversos municípios e que diversificam temas, colocando em análise questões que atravessam a prática profissional. Eventos que mobilizaram e seguem mobilizando muitas/os psicólogas/os no estado de São Paulo para debater os rumos da profissão.

Agora é chegado o momento de construirmos e defendermos propostas que apontem diretrizes para a ação dos Conselhos de Psicologia no próximo triênio, com vistas a responder aos desafios identificados para a prática profissional da Psicologia nesses espaços de debate. E para isso o CRP-SP convida todas/os as/os psicólogas/os a ocuparem os Pré-Congressos de sua região, a se apresentarem para deliberar sobre as diretrizes a serem aprovadas para o CRP-SP e para o CFP no Congresso Regional da Psicologia de São Paulo, que ocorre entre 29 de abril e 1 de maio.

Em pauta, a “Psicologia no cotidiano, por uma sociedade mais democrática e igualitária”. Esta Psicologia que se inventa e reinventa diante dos muitos desafios que enfrentamos em nossos espaços de trabalho, e que se complexifica e se pluraliza na medida em que avançamos na direção do compromisso com a igualdade e a democracia. Esperamos vocês, para que possamos produzir juntos os rumos da profissão!

**XIV Plenário do Conselho Regional
de Psicologia de São Paulo**



Os dilemas da divulgação do TRABALHO DA/O PSICÓLOGA/O

Com a variedade de práticas e de maneiras de se comunicar, surgem também novas reflexões éticas sobre a publicidade profissional

A necessidade de divulgar seu trabalho, somado às cada vez mais diversas formas de meios de comunicação para divulgá-lo, traz à/ao psicóloga/o uma ampla gama de possibilidades, mas também de dilemas. O que é eticamente permitido que a/o psicóloga/o veicule no momento de fazer a publicidade de seu exercício profissional?

“Os códigos de ética são grandes avenidas”

De acordo com o artigo 20 do Código de Ética, a/o psicóloga/o deve sempre informar seu nome completo, a palavra psicóloga/o seguida do regional do

CRP e seu número de inscrição. Além disso, a publicidade não deve conter o preço do serviço como forma de propaganda, nem uma previsão taxativa dos resultados.

Mas quais cuidados são necessários, por exemplo, no momento em que a/o psicóloga/o quer se posicionar publicamente com base em um conhecimento produzido com determinados usuários de seu serviço? Ou no momento em que vai fazer um cartão de contato para divulgar seu trabalho, e além de psicóloga/o, ela/ele exerce outra atividade? As duas informações podem estar juntas?



“Os códigos de ética são grandes avenidas. E a ação da/o psicóloga/o sai das grandes avenidas para as pequenas ruas, os becos”, alude Patrícia Mortara, professora de Ética Profissional da Psicologia da PUC-SP, ao lembrar que o código de ética “dá pistas que são claras e objetivas mas que não são estanques e têm diferentes interpretações. Ter uma postura ética é pensar a respeito daquilo que o código diz”, salienta.

Associação de práticas

“Não há impedimento que a/o profissional da psicologia exerça outra prática. Se ele é psicólogo e advogado, para que as pessoas não achem que o profissional vai fazer uma psico-advocacia, a divulgação tem que ser claramente distinta”, esclarece Luiz Eduardo Berni, presidente da Comissão de Orientação e Fiscalização do CRP-SP.

“Esse é um dos principais problemas que temos: quando a pessoa faz uma divulgação unificada dos campos em que atua, ela também faz uma unificação da sua prática”, resume Luiz Eduardo. Se uma pessoa é psicóloga e astróloga e divulga isso junto, interpreta-se que o serviço oferecido seria uma psico-astrologia. “Essa pessoa não está no campo da ciência porque astrologia não tem um reconhecimento científico. E a psicologia parte da ciência psicológica. Para deixar claro que uma coisa é uma coisa e outra é outra, a gente instrui que as pessoas podem realizar as duas ações, mas que publiquem em mídias distintas”, explica o psicólogo.

Se a informação clara ao usuário é o que deve nortear as decisões para pensar a publicidade profissional, a/o psicóloga/o poderia interpretar que seria mais honesto explicitar a variedade de práticas na qual ela/ele é especializada/o, ainda que aquelas práticas digam respeito a outro campo de conhecimento ou a algo não reconhecido como ciência? Ao refletir sobre essa pergunta, Patrícia Mortara lembra do filme “A vida é bela”, em que dentro de um campo de concentração nazista, o pai explica ao filho pequeno de forma fantasiosa e até divertida a trágica experiência que os dois vivenciam. “Ele não estava falando a verdade, mas estava sendo desonesto?”, questiona Mortara, ao lembrar que “ser honesto tem a ver com cultura e história. Acho que os pontos principais para nortear as ações da/o psicóloga/o são o

respeito pelo outro, o responsabilizar-se pela consequência de seus atos e a cidadania”.

“Eu poderia ser psicóloga e mãe de santo”, afirma Mortara: “Mas não caberia a mim dizer a meu paciente que vá no terreiro. São formas diferentes e não devem ser misturadas”. Para ela, a proposta da psicologia é “entender o sujeito, fomentar que o sujeito se compreenda e que ele seja uma pessoa que dê conta da sua vida: empoderá-lo. Não oferecemos a cura, a solução das dores com remédios nem sabemos a angústia. Trabalhamos para que o próprio sujeito sane a sua angústia”.

“Acho que os pontos principais para nortear as ações da/o psicóloga/o são o respeito pelo outro, o responsabilizar-se pela consequência de seus atos e a cidadania”

Patrícia Mortara

Cuidados que uma/um psicóloga/o deve ter

Em tempos de divulgação fácil e rápida, Patrícia Mortara ressalta que, ao fazer a comunicação de seu trabalho, é fundamental que a/o psicóloga/o pense com calma naquilo que está se propondo a fazer. “Posso colocar no site que tive bons resultados com meu trabalho? Acho que não. Posso dar uma entrevista e falar o que penso? Sim, mas é preciso proteger o sujeito, não pode dar informações sigilosas”, exemplifica.

“Não tem receitas prontas e dilemas sempre vão surgir”, descreve Mortara, ressaltando a importância de conversar com os pares e também com a Comissão de Orientação e Fiscalização do CRP-SP. “Isso é saudável para a/o profissional e também para a categoria como um todo, pois a todo momento temos que produzir reflexões e posicionamentos sobre como fazer frente a uma realidade que se modifica constantemente”, aponta.

Edgar Barrero:
"PRECISAMOS DE
UMA PSICOLOGIA
LATINO-AMERICANA
TRANSFORMADORA"

Secretário geral da
ULAPSI fala sobre
os desafios para
uma "psicologia
da libertação" na
América Latina

Foto: Jon Ng/freemages



"A descolonização é um ato de amor pelo que é nosso, pelo pensamento psicológico emancipador que se produz aqui", declara o colombiano Edgar Barrero, secretário geral da ULPASI e diretor da Cátedra Livre Martin-Baró. Contra a ideia da psicologia como um privilégio de poucos ao invés de um direito democrático para todos e também contra uma psicologia que cumpra um papel de adaptação às duras realidades latino-americanas ao invés de emancipatória, Barrero defende o que chama de "psicologia da libertação".

É também com esses objetivos que se articula, desde 2002, a União Latino-Americana de Entidades da Psicologia (ULAPSI), que terá seu próximo Congresso entre os dias 8 e 11 de junho em Buenos Aires.

A descolonização do pensamento psicológico, os desafios de uma produção de conhecimento não apenas autônoma mas conectada com as realidades (e não tanto com os conceitos), alguns dos atuais pensadores do campo da psicologia que atuam nesse sentido, bem como as expectativas para o Congresso da ULAPSI são alguns dos pontos que Edgar Barrero abordou nessa conversa com o *Jornal Psi*. Confira a entrevista:

Por que falar em uma psicologia latino-americana?

Temos não só que falar em uma psicologia latino-americana. Temos que fazer essa outra psicologia latino-americana desde a práxis de cada psicóloga e psicólogo que tenha se dado conta das profundas desigualdades em que vivem nossos povos. A psicologia que nos foi imposta na América Latina não se questiona a respeito das desigualdades, do racismo, das exclusões, das repressões, da fome e do frio no qual vivem milhões de seres humanos. Por isso precisamos falar e fazer uma psicologia latino-americana que se comprometa radicalmente com a transformação dessas realidades.

O que você chama de colonização do pensamento psicológico na América Latina e quais os seus impactos? A quais interesses responde a psicologia na América Latina?

A psicologia que chega à América Latina desde a década de 1950 é uma psicologia com interesses políticos e ideológicos muito definidos a favor das grandes potências imperialistas. A formação de psicólogas e psicólogos tinha esse selo e segue tendo em muitas partes. O resultado foi uma impressionante coloniza-

"A psicologia da libertação é antes de tudo uma aposta ético-política para colocar o saber psicossocial a serviço de melhores condições de vida. Se trata de recuperar isso que nos negaram historicamente: autonomia, soberania, confiança e respeito."

ção afetiva, intelectual e relacional cujo impacto mais atroz foi a submissão e a obediência cega frente aos centros de produção teórica dos Estados Unidos e da Europa. Mais que interesses da psicologia latino-americana, teríamos que falar dos princípios ético-políticos para a transformação psicossocial.

E como avançar nessa descolonização?

Um princípio básico da colonização é a desintegração, a desunião e a fragmentação. Se queremos avançar na descolonização temos que nos juntar e aprender a nos amar e respeitar enquanto latino-americanos. A descolonização é um ato de amor pelo que é nosso, pelo pensamento psicológico emancipador que se produz aqui.

De que forma a produção autônoma de conhecimento pode ser uma ferramenta para a transformação da realidade? Como conectar produções acadêmicas e conceituais com as concretas condições de vida das pessoas?

A produção de conhecimento autônomo tem que ser o resultado do trabalho e da ação cotidiana com o objetivo de transformar as realidades sociais a partir da psicologia. Não se trata de uma produção autônoma de conhecimento distante das realidades de nossos povos. Se trata de uma práxis que produz saberes e conhecimentos para transformar, não para adaptar. Esse é o desafio para a psicologia acadêmica: partir das realidades e não tanto dos conceitos.

Que pensadores da psicologia latino-americana você citaria para exemplificar esforços de uma construção conceitual e prática descolonizada?

Recentemente nos inteiramos do assassinato de nosso amigo Marcus Vinicius de Oliveira no Brasil.



Foto: Congresso Ciência e Profissão - Divulgação

Um homem comprometido profundamente com a descolonização. O mesmo aconteceu com Ignacio Martín-Baró em El Salvador em 1989 por defender os direitos da maioria da população. Mas temos Ana Bock e Silvia Lane no Brasil, Maritza Montero na Venezuela, Ignacio Dobles na Costa Rica, Manuel Calviño em Cuba, Marco Murueta e Pablo Fernández no México, Fernando Gonzáles Rey entre Cuba e Brasil, entre tantos outros.

No último Congresso Brasileiro de Psicologia você afirmou, fazendo referência ao psicólogo espanhol Ignacio Martín-Baró, que “o primeiro passo é libertar a Psicologia da sua condição histórica”. O que quer dizer com isso?

A psicologia tem algumas origens e um desenvolvimento histórico a serviço das minorias e não das majorias. É um privilégio para alguns poucos e não um direito democrático para todas e todos. Em muitos casos tem jogado um papel mais de adaptação por meio da patologização e da psicologização de problemas que têm suas raízes em condições sociais e materiais de existência. Por isso necessitamos libertar a psicologia dessa condição histórica, para construir outra psicologia onde se democratize o saber psicológico para a melhoria das condições de vida, para a dignificação da vida material, psicológica e espiritual do nosso povo latino-americano.

O que você chama de “psicologia da libertação”?

A psicologia da libertação é antes de tudo uma aposta ético-política para colocar o saber psicossocial a serviço de melhores condições de vida. Se trata de recuperar isso que nos negaram historicamente a partir da psicologia: autonomia, soberania, confiança, respeito e valorização por meio do pensamento e da práxis a partir das nossas raízes históricas.

Quais as grandes questões que estão postas nos países latino-americanos hoje e de que forma, nesse contexto, a psicologia pode contribuir?

Temos muitos problemas para resolver onde a psicologia poderia ajudar a partir da investigação e da prática. O problema da desigualdade social, o problema da repressão política, o problema da tortura psicológica em grande escala, o problema do racismo e da exclusão, o problema do abismo entre a academia e a realidade, etc. Violências, corrupção e impunidade são realidades que devem ser transformadas e aí a psicologia joga um papel fundamental.

Como entra a ULAPSI nesse cenário?

A ULAPSI nasce acolhendo muitos dos princípios mencionados anteriormente. Buscamos a integração e a unidade como forma de fortalecimento do nosso pensamento. Buscamos um maior compromisso social da psicologia para transformar as condições de vida da nossa gente. Buscamos aportar nossos conhecimentos para a democratização da existência humana. Estamos nos reconhecendo, valorizando e potencializando enquanto psicólogas e psicólogos com altas capacidades intelectuais, afetivas e relacionais contra qualquer forma de injustiça social.

Quais as expectativas para o próximo encontro da ULAPSI, que acontece em junho na Argentina?

No Congresso da Argentina abordaremos problemas complexos no interior e no exterior da ULAPSI. Debateremos estratégias para nos convertermos em uma opção distinta para a psicologia na América Latina. Sem dúvida teremos um crescimento quantitativo em termos de novas organizações e países que se afiliam a nossa União. Mas também avançaremos qualitativamente em relação a propostas e estratégias para ajudar a resolver problemas urgentes de nossos territórios, como é o caso da paz estável e duradoura na região.



Fotos: Gabriela Moncau

Por uma sociedade sem

MANICÔMIOS

Usuárias/os dos serviços de saúde mental vão às ruas junto com trabalhadores em defesa da Reforma Psiquiátrica

Carlos Eduardo Ferreira e Cláudia Valéria Ribeiro, muito mais conhecidos como Michael Pop e Peixinha, desceram no metrô Trianon Masp de mãos dadas – como costumam fazer quando caminham juntos desde que começaram a namorar, quase 14 anos atrás. Quando chegaram na manifestação antimanicomial uma bateria já ecoava forte na Av. Paulista,

exigindo a exoneração imediata do psiquiatra Valencius Wurch Duarte Filho, nomeado coordenador-geral de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas do Ministério da Saúde.

Escolhido no final do ano passado pelo ministro da Saúde, Marcelo Castro, Valencius assumiu o lugar de Roberto Tykanori, que coordenava a pasta desde

2011. Os feitos que carregam no currículo os colocam de lados estritamente opostos nas disputas sobre como deve ser o cuidado das pessoas na saúde mental. Referência na luta antimanicomial, Tykanori foi um dos protagonistas na intervenção do Hospital Psiquiátrico Anchieta em Santos, considerada uma das ações que inaugurou a mudança de paradigma na saúde mental brasileira que culminaria na Reforma Psiquiátrica. Já Valencius, por outro lado, foi diretor do maior hospício privado da América Latina, a Casa de Saúde Dr. Eiras, no Rio de Janeiro – também conhecida como “Casa dos horrores”.

“Eles não sabem o que é ser tratado com eletrochoque”

Michael Pop não estava a caráter no dia do ato, mas não seria surpreendente vê-lo vestido como seu ídolo,



Michael Jackson, de quem ele faz cover desde criança. “Eu já participei de eventos para discutir a Reforma Psiquiátrica, uma vez fui lá na Bahia. E realmente, acho que os que governam o Ministério da Saúde não sabem o que é saúde mental. Devem estar mais preocupados com o dinheiro do que com os pacientes. Eles não sabem o que é passar por um transtorno mental e ser tratado com eletrochoque, não sabem”, enfatiza.

Ausência de roupas, alimentação insuficiente e de má qualidade, pessoas em internação de longa permanência e prática sistemática de eletrochoque foram algumas das denúncias feitas a respeito do

“Hoje na luta antimanicomial eu **tenho muita vontade de lutar pelas pessoas que eu conheci com transtornos mentais** e que estavam sendo maltratadas”

Cláudia Ribeiro

manicômio dirigido por Valencius, publicadas em 2000 no relatório da I Caravana Nacional de Direitos Humanos. Somente 12 anos depois, no entanto, a Casa Dr. Eiras seria fechada por ordem judicial, por conta das denúncias de maus tratos.

“Hoje na luta antimanicomial eu tenho muita vontade de lutar pelas pessoas que eu conheci com transtornos mentais e que estavam sendo maltratadas”, afirma Cláudia, ajeitando seu chapéu prateado, cheio de brilho. Durante uma festa de comemoração de alta em um hospital psiquiátrico no qual esteve internada quando tinha por volta de 16 anos, Cláudia lembra ter conhecido uma adolescente que ficava em outra ala. “Ela estava babando, era paciente de álcool e drogas e a enfermeira veio, pegou ela e o médico receitou eletrochoque. Nunca vou esquecer”, relata. “Só depois que eu saí de lá que minha mãe me contou que eles também tinham indicado eletrochoque para mim, mas que minha família não tinha autorizado. Acho que as pessoas não sabem o quanto é pernicioso para os pacientes tomar eletrochoque”, constata.

Em defesa do cuidado

Entre os CAPS (Centro de Atenção Psicossocial) e outros serviços da rede que Michael e Cláudia frequentam, eles destacam a Casa do Saci, que oferece diferentes atividades de trabalho para usuários da saúde mental. “Lá eles tratam as necessidades humanas, tratam a alma”, descreve Cláudia, para quem esse é o cerne da Reforma Psiquiátrica. “Outro dia eu estava sozinha e não tinha dinheiro suficiente para entrar no cinema. Eu falei com o segurança se eu podia pagar menos e o moço liberou. Eu saí falando para todo mundo. Acesso à cultura, à arte. Acho que coisas assim são o cuidar da alma”, sintetiza.

É nesse sentido que Michael, além de participar de grupos de coral e dança, faz suas apresentações do rei do pop. “Quando eu tinha nove anos eu e meus irmãos fizemos um grupo que imitava o *Jackson Five*. A gente cantava “I’ll be there” e várias outras músicas, dançava, ganhamos até prêmios”, narra. Anos depois, foi uma das trabalhadoras de uma ONG chamada Cure o Mundo, no Taboão da Serra, que deu a ele de presente os sapatos de Michael Jackson: “Me animei a resgatar o personagem”.

“A grande diferença é a liberdade”

Valter da Trindade Gomes, assim como Cláudia, já passou por um hospital psiquiátrico. “Fiquei pouco mais de um mês lá, na região de Itapira, e não deu certo. Tudo muito fechado, sem uma terapia, sem atividade para a gente fazer. Depois que eu saí de lá conheci o CAPS de Guarulhos e foi uma grande melhora para mim”, conta. “A grande diferença que eu senti foi a liberdade. E tem mais atividades, por exemplo

eu participava de um grupo de música e agora vou no de ginástica. Eu me sinto bem. Às vezes eu estou com muito problema em casa, com a cabeça pesada, e quando eu vou para lá já alívio, chego em casa alegre. Então para mim o CAPS é o melhor sistema de tratamento”, sorri.

Depois de passar por 18 internações no Hospital Psiquiátrico Nossa Senhora de Fátima, em Pirituba, Eliana Ferreira Lima conheceu o CAPS da Brasilândia e hoje frequenta o mesmo que Valter, em Guarulhos. “Sempre fui bem tratada pelas Irmãs Hospitaleiras quando estive internada”, assegura Eliana, mas ressalta também a importância da liberdade. “No CAPS 24h eu fiquei internada 12 dias e eu podia ir na praça, no bar, na quadra. Foi muito bom. A gente vem se manifestar porque a gente também tem direitos e precisa lutar para que continue essa lógica de tratar mas de poder voltar para casa”, afirma, e em seguida diz: “Manicômio para mim é um lugar como se fosse uma cadeia. E como ser feliz sem ser livre?”



Ilustrações: Sergio Rossi

A psicologia e a **ética** **COM A VIDA**

Aborto e suicídio são exemplos de temas que fazem interface entre a psicologia e a bioética



Até que ponto a/o profissional deve manter o sigilo e a privacidade de seus atendimentos perante a família e a equipe multiprofissional? Como proceder se a pessoa que você atende manifesta o desejo de acabar com a própria vida? A autonomia de uma pessoa em relação ao cuidado que deseja deve ser respeitada em todos os casos, ainda que sua decisão possa levá-la à morte?

“A bioética é dinâmica. Não se trata, definitivamente, de uma área do conhecimento humano para definir regras ou discutir o certo e o errado”, assinala o médico reumatologista José Marques, coordenador da Câmara Técnica Interdisciplinar de Bioética do CREMESP (Conselho Regional de Medicina de São Paulo). “Trata-se de um espaço de reflexões, de debates e de liberdade para se discutir questões relacionadas à vida, no sentido mais amplo possível, incluindo todos os seres vivos do planeta. A discussão bioética tem como linha mestra a liberdade de opiniões”, salienta.

O termo bioética começou a ser cunhado na década de 1970 nos Estados Unidos. A origem mais conhecida remete ao bioquímico e oncologista Van R. Potter, que defendia a necessidade de unir o conhecimento das ciências naturais e humanas com os valores da sociedade, para aprofundar as reflexões a respeito dos desafios relacionados às questões ecológicas, tecnológicas e de sobrevivência da vida na terra. No mesmo período, o obstetra católico André Hellegers introduziu na academia a discussão de questões éticas nas decisões de profissionais da saúde.

“Para esses e todos autores da área da bioética, trata-se de um campo obrigatoriamente multi e transdisciplinar. Portanto, não restrito à área médica”, esclarece José Marques, para quem “a psicologia contribui efetivamente com o desenvolvimento das discussões bioéticas, colocando em pauta o arcabouço teórico dessa área da saúde, principalmente relativo ao comportamento das pessoas”.

Células tronco, aborto, pesquisas com seres vivos, transgênicos, tratamento de pacientes terminais e genética são exemplos de questões polêmicas e atuais da área de bioética. Para Regina Parizi, presidente da Sociedade Brasileira de Bioética (SBB), os temas centrais “estão relacionados à desigualdade econômica, que vem piorando as condições de saúde e vida de grande parte da população mundial, aumentando os conflitos, as migrações e a violência”.

Interfaces entre a psicologia e a bioética

“A psicologia é um campo imprescindível nesse debate com a bioética, pois sabemos que tais conflitos e dilemas são, a par das questões técnicas e éticas, desencadeadoras de grande sofrimento moral no processo de escolha e decisão tanto para o indivíduo, quanto para a família e a sociedade”, expõe Parizi.

Maria Júlia Kovács, do Instituto de Psicologia da USP, estuda a questão da morte no processo de desenvolvimento do ser humano. “Um tema pouco debatido é a questão do suicídio e o direito em relação à própria vida e morte. Qual o nosso papel como psicoterapeutas? Evitar o suicídio a todo custo, ajudar a pessoa a compreender o seu desejo de tirar a própria vida? Esta questão envolve um conflito sobre o sigilo e deveria ser debatida em vários fóruns do CRP”, comenta.

“A psicologia é um campo imprescindível no debate com a bioética, pois tais dilemas são, a par das questões técnicas e éticas, desencadeadoras de grande sofrimento no processo de escolha para o indivíduo, a família e a sociedade”

Regina Parizi

A/o psicóloga/o, na opinião de Maria Júlia, pode e deve ajudar em processos de escuta de pontos de vista diferentes e de decisões relacionadas à bioética. “Um ponto de vista seria discutir o sigilo em situações em que a pessoa corre risco de vida, como no caso de ideação ou tentativa de suicídio. Esta questão pode ser contemplada no contrato inicial, por exemplo, se a/o terapeuta considerar que vai avisar a família se vir este risco, e a pessoa pode decidir se quer ou não continuar com a/o terapeuta. Ou se não for esta a perspectiva da/o terapeuta, poderá sustentar com seu paciente que vai escutar seu processo e garantir o sigilo”, exemplifica.

A área da bioética desenvolveu alguns princípios básicos para nortear a assistência e a pesquisa diante das questões relacionadas à vida. Longe de serem fórmulas, tratam-se de aspectos norteadores,

principalmente no âmbito da saúde: os princípios da beneficência (oferecer a melhor assistência), da não maleficência (evitar ou reduzir o dano em maior medida), da autonomia (respeito ao direito da pessoa decidir livremente sobre seu tratamento ou sua vida) e da justiça (acesso à assistência ou tratamento como um direito).

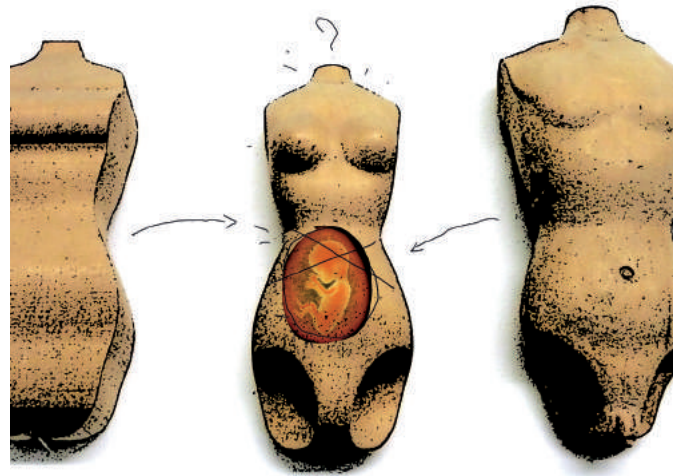
“Pelo princípio da autonomia, no que se refere a tratamentos, cabe à pessoa tomar a decisão sobre a sua vida. À/ao psicóloga/o caberia acompanhar o processo e discutir vários pontos de vista: quais os benefícios, efeitos colaterais, malefícios das decisões daquela pessoa?”, reflete Maria Júlia. “Uma área importante da prática do psicólogo é trabalhar contra a distanásia, que é o prolongamento do processo de morrer com muito sofrimento. É fundamental esclarecer o paciente e os familiares sobre essa questão”, opina.

Qualquer pessoa está em condição de exercer a sua autonomia de escolha? Essa é outra das complexas questões que, sem respostas prontas, mudam de caso a caso. De acordo com alguns autores, para considerar uma pessoa autônoma, são necessárias algumas condições: a possibilidade de compreender e analisar uma situação (racionalização), habilidade para escolher entre várias hipóteses (deliberação) e a liberdade para fazer sua escolha livre de qualquer influência (voluntariedade). Kovács argumenta que a/o psicóloga/o tem um papel na busca dessas competências: “Acho que não é tentar criar essas condições, mas facilitar o processo”.

O aborto

Os casos de zika vírus e sua possível conexão com a proliferação de bebês nascendo com microcefalia têm dado novos contornos ao debate da legalização do aborto. Por um lado, grupos defendem que o aborto nesses casos seja permitido, como foi com a anencefalia, e que o direito de escolha deve ser da mulher. Por outro, grupos (em sua maioria religiosos) dizem que a medida seria de eugenia, por abrir brechas para que o aborto possa ser realizado em qualquer caso de má formação do feto. O tema deve chegar ao Supremo Tribunal Federal (STF).

“O debate sobre a descriminalização do aborto será sempre redicivante, enquanto a questão central não for debatida pela sociedade, ou seja, o respeito à autonomia das pessoas, no caso dos direitos reprodutivos das mulheres”, enfatiza Regina Parizi. “Na



questão da microcefalia é importante lembrar que já existia um número razoável de casos por outras causas, antes da epidemia de zika vírus. Assim, em que pese a lamentável situação da falta de controle sobre a reprodução dos mosquitos, entendo que o debate central relacionado a essa situação é o direito das mulheres abortarem quando sabem que vão gerar seres sem condições de autonomia”, ressalta.

A contribuição da psicologia nesse tema, para a presidente da SBB, é fundamental. “A psicologia pode e deve participar do debate público tanto das questões técnicas e éticas, como moral, sobretudo no processo extremamente doloroso de escolha, que envolve tanto aquelas que optam por manter a gestação, quanto aquelas que decidem interromper a gravidez”, diz.

Autonomia, privacidade e reflexão

“Existem diversos problemas éticos na sociedade atual que fazem interface com a psicologia, como a questão do preconceito e da exclusão social que estimula o bullying, o uso de drogas e armas entre as crianças e os adolescentes. A migração em função dos conflitos armados, religiosos e problemas sociais que estimulam a violência e o terrorismo, entre outras questões; que são de abordagem da equipe interdisciplinar, entre elas a psicologia”, nota Parizi.

Apesar das difíceis situações éticas relacionadas à vida às quais a/o psicóloga/o se depara no cotidiano e que não carregam soluções prontas, José Marques destaca o respeito à autonomia, à privacidade e ao sigilo como aspectos imprescindíveis de uma/um boa/bom profissional. “A atuação comprometida com o paciente, a empatia e a visão de que na área da saúde não existe nada mais importante de quem está sendo cuidado é outra linha fundamental de comportamento da/o profissional da área da psicologia com uma ampla visão bioética”, finaliza.



REGISTRO DOCUMENTAL E PRONTUÁRIO

A Comissão de Orientação e Fiscalização (COF) do CRP-SP realizou fiscalização de rotina em uma empresa na qual a psicóloga era responsável técnica. Constatou-se que as/os psicólogas/os não faziam registro documental dos atendimentos, conforme orienta a **Resolução CFP 001/2009**, que dispõe sobre a obrigatoriedade do registro documental decorrente da prestação de serviços psicológicos, atualizada pela **Resolução CFP 005/2010**. A psicóloga informou aos fiscais que apenas fornecia documento escrito quando solicitado e não fazia prontuários ou registros de seus atendimentos, salvo no caso de faltas e pagamentos.

Solicitada pela Comissão de Ética a prestar esclarecimentos, a psicóloga informou que não mais presta atendimento na empresa. Com relação à produção dos documentos, defendeu que estavam de acordo com as **Resoluções CFP 001/2009** e **CFP 005/2010** e que não haveria como manter na forma de prontuário as informações, uma vez que compartilhava com os usuários do serviço as informações descritas.

Após análise, o CRP-SP considerou que embora a psicóloga não mais estivesse atendendo, responde pelos serviços de psicologia realizados, e desta forma infringiu o Código de Ética Profissional do Psicólogo:

DAS RESPONSABILIDADES DO PSICÓLOGO

Art. 14 – A utilização de quaisquer meios de registro e observação da prática psicológica obedecerá às normas deste Código e a legislação profissional vigente, devendo o usuário ou beneficiário, desde o início ser informado.

As **Resoluções CFP 001/2009** e **CFP 005/2010**, destacam o que deve ser contemplado, tanto para apontamentos em forma de registro documental, quanto em forma de prontuário, individual ou multidisciplinar, ou seja, a identificação, avaliação da demanda e definição de objetivos do trabalho, evolução, encaminhamento ou encerramento, dentre outros documentos resultantes da prestação de serviços, tais como testes aplicados e materiais produzidos pelos usuários.

O prontuário possibilita que se construa a história do serviço prestado, a partir de sua sistematização e avaliação contínua, afinal, ao registrar, a/o psicóloga/o tem a possibilidade de pensar sobre o que se passou, refletindo, articulando procedimentos, observações, intervenções e reações, além de auxiliar na construção de hipóteses e novas possibilidades de atuação. Assim, o mero registro de informações, como faltas e pagamentos, pouco ajuda na construção da história do serviço, podendo trazer prejuízos para a sua qualidade.

No caso de trabalho em equipe, pode subsidiar a atuação de outros profissionais, o que convida a/o psicóloga/o a observar quais informações são importantes de serem compartilhadas. Ainda, o prontuário permite ao usuário que acesse e se aproprie do serviço de que foi beneficiário, ajudando a compreender procedimentos e condutas tomadas, sendo de seu total acesso.

Dessa forma, além de seu caráter legal, o prontuário constitui um valioso instrumento para o trabalho da/o psicóloga/o, servindo para registrar, comunicar e intervir.

O Processo Ético é julgado a partir do Código de Processamento Disciplinar - Resolução CFP 006/2007.



CNP refletirá sobre

IGUALDADE E DEMOCRACIA NO COTIDIANO DA PSICOLOGIA

O 9º Congresso Nacional de Psicologia será em Brasília em junho e já está na sua fase preparatória

A psicologia brasileira já vem se mobilizando, por meio de debates e eventos descentralizados, para o 9º Congresso Nacional de Psicologia (CNP): instância máxima que discute e delibera as políticas prioritárias que pautarão o Sistema Conselhos para o próximo triênio. O evento, que acontece a cada três anos, será em Brasília entre os dias 16 e 19 de junho.

E o CNP chega num momento chave na leitura de Adriana Eiko Matsumoto, conselheira do CRP-SP e integrante da Comissão Organizadora do 9º Congresso Estadual de Psicologia de São Paulo (COREP-SP), que antecede a etapa nacional. “Aquilo que tem aparecido como expressão de posicionamentos políticos na sociedade em geral – inclusive no formato de um acirramento entre a luta pela garantia de direitos e um conservadorismo muitas vezes sustentado por posições de privilégio – reverbera na psicologia”, destaca.

A crise econômica e política, principalmente no âmbito do governo federal; debates sobre impeachment e golpes; ataques à laicização do Estado e das políticas públicas; mobilizações sociais contra as altas nas tarifas do transporte público; atos

e ocupações pela exoneração de Valencius Wurch (psiquiatra que dirigiu o maior manicômio da América Latina) como coordenador de saúde mental do Ministério da Saúde são exemplos de temas que agitam o contexto político em que se organiza o 9º CNP.

Soma-se a essas questões um processo – cuja expressão mais evidente se deu durante as manifestações que tomaram o país em junho de 2013 e alimentado pelos capítulos diários de escândalos de corrupção – de crítica à política institucional e a espaços de exercício político representativo.

“Nosso Congresso está baseado nesse modelo de participação representativa na medida em que elege delegados. Ao mesmo tempo temos os momentos de participação direta nos eventos preparatórios e Pré-Congressos”, observa Eiko, avaliando que “todo o processo do Congresso deve contribuir para o entendimento das contradições e demandas postas na sociedade, inclusive do ponto de vista do acirramento de posições presentes também na nossa categoria”.

“Todas essas questões devem ficar explícitas nos processos do CNP para que a disputa política aconteça de forma franca, aprofundada e tranquila.

E que a gente consiga inclusive contaminar o Sistema Conselhos com aquilo que chega de demanda da própria sociedade. Que as instituições estejam cada vez mais atentas e porosas às manifestações sociais”, considera Adriana Eiko.

É nesse sentido que a APAF (Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças, instância deliberativa do Sistema Conselhos de Psicologia) aprovou a organização de atividades livres para as etapas preparatórias do CNP. Ou seja: psicólogas/os podem auto-organizar atividades que entrem no calendário preparatório do Congresso, inclusive Pré-Congressos que elegem delegadas/os para o COREP, sem depender do CRP. Para Matsumoto, essa possibilidade de eventos auto-organizados “é favorecedora para que temas que por diferentes motivos não são abordados pela via da institucionalidade possam de fato ser debatidos”.

De baixo para cima

O amplo processo de preparação para o CNP é composto por quatro etapas, que visam democratizar a construção do projeto coletivo da categoria para o próximo período. Os eventos preparatórios e os Pré-Congressos acontecem de forma descentralizada nos diferentes municípios do estado e são abertos para a participação de todas/os psicólogas/os. Esses dois primeiros momentos, organizados pelas subsedes dos Conselhos Regionais ou de forma autônoma, têm como objetivo mobilizar a categoria para que, a partir de suas especificidades cotidianas e locais, se vincule na produção de propostas para a psicologia brasileira.

Nos Pré-Congressos de São Paulo são definidas/os as/os delegadas/os que participarão do COREP-SP, que acontecerá entre os dias 29 de abril e 1 de maio na capital paulista. É lá que são determinadas as diretrizes para próxima gestão do CRP-SP, as propostas que serão levadas do estado de São Paulo para a etapa nacional e quem vai compor a delegação que vai para Brasília.

Por uma sociedade mais igualitária

Sob o tema “Psicologia no cotidiano, por uma sociedade mais democrática e igualitária” o CNP de 2016 vem, na visão de Elisa Zaneratto, “afirmar o compromisso social da psicologia, entendendo também que algumas conquistas que já tivemos do ponto de vista do avanço da democracia aparecem em dis-

puta na sociedade brasileira, implicando a psicologia com esse debate”.

Presidente do CRP-SP e integrante da Comissão Organizadora do CNP, Elisa afirma ser importante não só o posicionamento da psicologia brasileira em defesa de um projeto societário democrático, como a reflexão a respeito de como a profissão se constrói no dia a dia da atuação da/o psicóloga/o. “Falar do nosso cotidiano profissional é falar sobre como nos deparamos com a realidade da população e é também falar das condições nas quais realizamos nosso exercício profissional”, constata. “É preciso reconhecer os efeitos dos direitos não conquistados na sociedade e na própria categoria para avançar na luta por condições que garantam a qualidade da nossa profissão”, afirma.

Os eixos norteadores do 9º CNP

“Organização democrática do Sistema Conselhos e aperfeiçoamento das estratégias de diálogo com a categoria e a sociedade”. É esse o primeiro dos três eixos que norteiam o processo do 9º CNP. “Para dialogar com essa psicologia feita no cotidiano é preciso que avancemos no método democrático de gestão dos Conselhos e nas formas de participação da categoria”, explica Zaneratto. “Precisamos também conversar com outros setores sociais, como os usuários dos serviços de psicologia, gestores de políticas públicas e outros profissionais”, complementa.

Que posições são essenciais para que a psicologia nesse momento, por meio dos Conselhos, contribua com o Estado democrático? O que as/os psicólogas/os têm a dizer sobre as políticas públicas das mais diversas áreas? E sobre a própria democracia brasileira? Como fundamentar essas posições nas referências e na atuação profissional? São essas algumas das questões que o segundo eixo do CNP – “Contribuições éticas, políticas e técnicas ao processo democrático e de garantia de direitos” – pretende provocar.

A tradução dos posicionamentos sobre a atuação da/o psicóloga/o na sociedade em ações efetivas e concretas do cotidiano é o desafio proposto pelo terceiro eixo. Sob o título de “Ampliação e qualificação do exercício profissional no Estado de garantia de direitos”, esse ponto norteador dos debates visa refletir como trazer para as referências do exercício profissional os posicionamentos macro que serão

acordados pela psicologia brasileira. Uma das principais ferramentas para isso, já aponta o nome do eixo, é a ampliação dos campos de intervenção da psicologia. “Não só ampliar, mas ampliar de forma qualificada”, ressalta Elisa: “Como devemos trabalhar no sentido de qualificar referências, inovar conhecimentos e produzir novas técnicas para que as/os psicólogas/os trabalhem em mais espaços e de forma qualificada para responder a esse projeto ético-político que construímos nos nossos Congressos?”.

Transformação a partir do cotidiano

“E aí? Você, no dia a dia da sua atuação como psicóloga/o em determinada instituição: como esse seu saber-fazer está vinculado a processos de produção de igualdade e democracia? É a questão que está colocada nesse processo do CNP de 2016”, resume Adriana Eiko Matsumoto. E é a produção dessa resposta que será sintetizada no conjunto de propostas aprovadas

no CNP, para serem as diretrizes políticas das próximas gestões dos Conselhos Regionais e Federal.

“A gente sabe que transformações sociais não se dão por meio de uma ação específica de determinada profissão”, pondera Matsumoto, “mas ao mesmo tempo a gente sabe da necessidade de toda a sociedade se mobilizar para avançar em processos de igualdade e o quanto as profissões podem contribuir para que esses processos sejam disparados”.

“Aquilo que é nosso objeto de trabalho, que é nossa atribuição, nossa função, está intimamente ligada com a possibilidade de construção de subjetividades que se percebem nesse contexto que vivemos, que possam entender a sua própria história, entender a realidade na qual estão inseridos e a partir daí encontrar meios para a superação dos muitos desafios de seu cotidiano”, caracteriza Adriana, para quem “a psicologia tem um importante papel a cumprir nesses processos”.

Marcus Vinicius: PRESENTE!

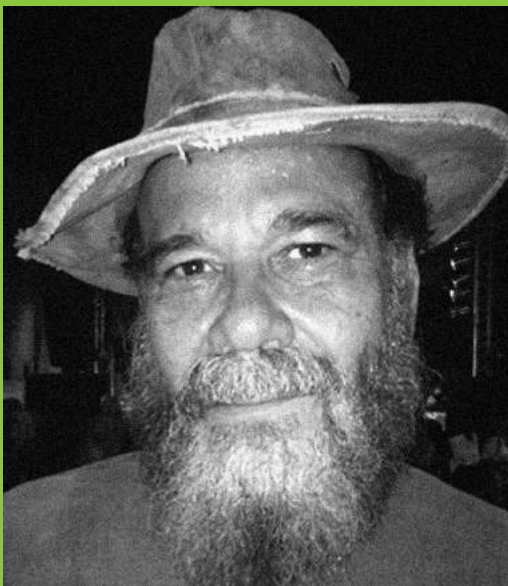


Foto: arquivo pessoal

“**G**eralmente quem não corre nenhum risco não transforma nada”. A frase de Marcus Vinicius de Oliveira Silva foi coerente com a vida que esco-

lheu. Psicólogo e professor aposentado da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Marcus “Matraga” foi um importante militante na história da luta antimanicomial no país, diretor do CFP, figura central em todo o processo de democratização do Sistema Conselhos; ativista ao longo de toda a sua vida por uma psicologia comprometida com a transformação social e os direitos humanos no Brasil e na América Latina.

No dia 4 de fevereiro Marcus foi assassinado no município de Jaguaripe (BA) com um tiro na cabeça. “Morreu de quê? Era defensor de direitos humanos”, sintetizou um artigo a respeito de Matraga escrito pela psicóloga Ana Vlândia Cruz, do Ceará.

É com consternação e indignação que o CRP-SP recebe a notícia da perda irreparável que toda a psicologia e a sociedade brasileira sofreu. Reconhecemos a sua participação, ao lado de muitas pessoas, na construção coletiva da democratização do Sistema Conselhos de Psicologia. E mantemos a certeza de que a melhor forma de homenageá-lo é redobrando o compromisso com as lutas pelo fim de todas as formas de violação de direitos humanos, aprisionamentos ou explorações; por uma sociedade igualitária e democrática. Nenhum passo atrás.

A história dos CONGRESSOS NACIONAIS DE PSICOLOGIA

Dos anos 1990 para cá, os CNPs decidiram pelo compromisso social da categoria e seus mecanismos democráticos de participação

Era 1989. Recém findada a ditadura militar, ano em que Collor seria eleito e o Brasil via-se com nova Constituição Federal, a psicologia passava por um momento de também discutir a democratização das suas entidades, em especial dos Conselhos Profissionais. Um Congresso Unificado, então, reuniu psicólogas/os das entidades Sindicais e dos Conselhos. “O debate foi intenso; as decisões foram poucas, mas os Conselhos levaram adiante a disposição de debater e mudar”, narra Ana Bock, que já presidiu o Conselho Federal de Psicologia (CFP) e o CRP-SP, tendo participado ativamente de toda a história do Congresso Nacional de Psicologia (CNP).

Sob o título “Processo Constituinte: Repensando a Psicologia”, cerca de 150 psicólogas/os de diversos CRPs se juntaram em Campos de Jordão em 1994 e lá decidiram que aquele seria o primeiro CNP. Entendia-se que era preciso criar um funcionamento mais democrático do que determina a Lei 5.766/71 - que cria o CFP e os Conselhos Regionais.

Conselhos como lugares de política para a profissão

“A Lei 5766/71 prevê que cada Conselho Regional indique dois representantes para compor o CFP. Isto

fazia do CFP uma instância sem política clara ou coerente, tornando-se quase que exclusivamente uma instância de recurso dos processos éticos”, recorda Ana Bock, professora titular da PUC-SP.

Foi no CNP que decidiu-se por eleição direta em chapa para o CFP. Isso possibilitou, na visão de Bock, a construção de um novo papel para as entidades: “Fazer a relação entre as demandas da sociedade e as possibilidades da profissão, deixando definitivamente de ser uma instância corporativa”.

O 2º CNP foi em Belo Horizonte em 1996 e, além de criar a Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças (APAF, instância que operacionaliza as deliberações dos CNPs), definiu que os Congressos seriam de três em três anos, sincronizados com as eleições do Sistema Conselhos. A partir daí pactuou-se que nos CNPs é que seriam definidas as diretrizes políticas de atuação das gestões eleitas.

Democratização

Entre as decisões feitas ao longo dos oito CNPs já realizados que em sua opinião mudaram a história da psicologia, Ana Bock destaca as que criaram a BVS-Psi (Biblioteca Virtual em Saúde - Psicologia), a ULAPSI (União Latino-Americana de Entidades de

Psicologia), e o registro da história da profissão (Projeto Memória). “Olhar as decisões dos CNPs é uma tarefa interessante porque a gente pensa: mas não era assim? O salto foi tão grande que o que ficou pra trás parece tão pequeno e pobre para uma profissão tão importante”, analisa.

Psicologia e políticas públicas

Foi principalmente a partir dos anos 2000 que consolidou-se nos Congressos a importância da psicologia voltar-se para fora. Para Lumena Furtado, psicóloga e sanitarista, foi esse o maior ganho dos CNPs: “Os Congressos inequivocamente apontaram essa direção para o trabalho da psicologia. Comprometido com os direitos humanos, a luta antimanicomial, o respeito à diversidade. Essa orientação progressista muito clara dos CNPs vem de um processo rico que faz com que qualquer chapa que entre tenha a obrigação de cumprir esses importantes acordos”.

O período em que Lumena Furtado esteve à frente do CRP-SP – entre 1998 e 2001 – foi marcado pela implementação de políticas públicas estruturantes no Brasil. Fazia menos de uma década que a lei orgânica do SUS estava em vigor, mas já começava a empregar muitas/os psicólogas/os. “Nossa profissão, antes com muita inserção em atividades liberais e consultórios, começa a ter uma intersecção com políticas públicas”, aponta Furtado, ao lembrar das acirradas discussões nos CNPs a respeito do papel da psicologia nesse novo cenário.

Em 2003 a categoria cria o Banco Social de Serviços. “Queríamos em dois anos apresentar ao Estado e à sociedade a psicologia que vinha surgindo em diversos espaços, onde profissionais ousavam inventar uma nova profissão”, relata Ana Bock. A I Mostra de Práticas em Psicologia, realizada em São Paulo com mais de 15 mil pessoas, é um marco nesse processo. “O evento questionou os consensos do que

era psicologia e do que fazia um psicólogo. Incluiu muitos fazeres novos; incluiu profissionais que não achavam que atuavam em psicologia porque não faziam aquilo que estava estreitamente previsto”, considera Ana Bock.

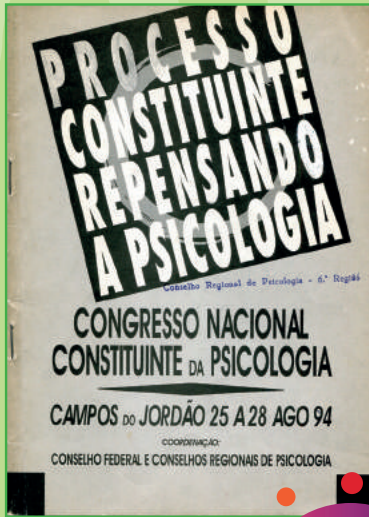
Foi um pouco antes da gestão de Marilene Proença assumir o CRP-SP em 2007 que o Banco Social de Serviços deu lugar ao CREPOP (Centro de Referências em Psicologia e Políticas Públicas). “Destaco como o aspecto mais relevante que fizemos nesse período, impulsionados pelas decisões do CNP. Trabalhamos no sentido de consolidar as ações do CREPOP nos estados para que pudesse assumir esse lugar de construtor de referências técnicas e políticas. Esse período foi muito importante para a consolidação da psicologia nas políticas públicas”, ressalta Marilene, professora da USP especializada em psicologia escolar.

Desafios atuais

É como mais um capítulo desse história que remonta ao período de redemocratização no final da década de 1980 que acontecerá a nona edição do CNP em julho de 2016.

Entre os desafios a serem discutidos e enfrentados pela categoria está, na opinião de Ana Bock, “a descolonização de nossos saberes”. “Somos ainda muito presos à literatura e ao pensamento das metrópoles. Não sabemos, muitas vezes, distinguir a importância de dialogar com todos os saberes do mundo”, diagnostica. “Temos desafios que exigem o compromisso da ciência e da pesquisa: como produzir um saber que fale de nossa gente e que possa responder a questões específicas de nossa cultura e de nosso país?” questiona, e completa: “A cooperação na América Latina, entre as entidades de psicologia, se torna estratégia fundamental. Quem não entender isto trabalhará pelo aprisionamento”.

LINHA DO TEMPO: HISTÓRIA DOS CNPs

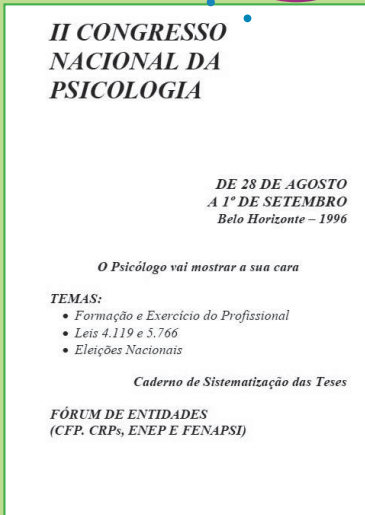


1994

I CNP: “Processo constituinte: repensando a psicologia”

Durante a sua realização as/os participantes definem que aquele seria o I Congresso Nacional de Psicologia. O tema principal era a necessidade de criar outro funcionamento para o Sistema Conselhos: um funcionamento de fato democrático.

1996



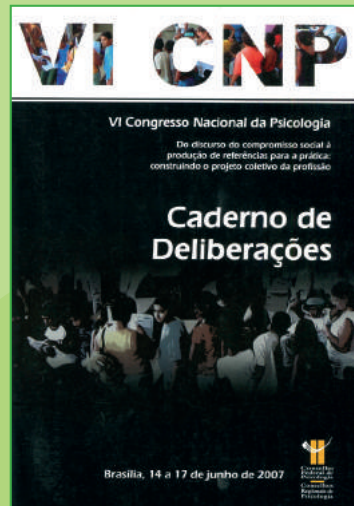
II CNP: “O psicólogo vai mostrar a sua cara”

Cria-se a APAF, instância que operacionaliza as decisões dos Congressos. Os CNPs passam a ser tri- anuais, em sincronia com as eleições do Sistema Conselhos, para que as diretrizes políticas acordadas ali sejam o norte das gestões eleitas.

V CNP: “Protagonismo social da psicologia: as urgências brasileiras e a construção de respostas da psicologia às necessidades sociais”

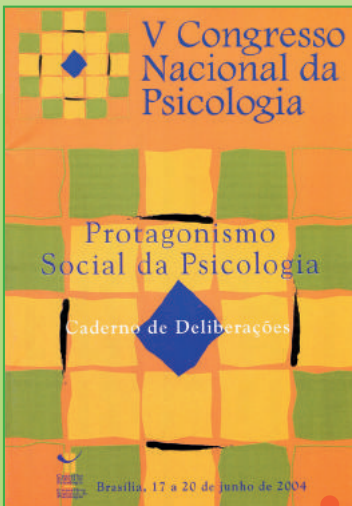
Entende-se que a psicologia não deveria só olhar criticamente para si e para a sociedade, mas propor soluções e intervir nas políticas públicas. É amadurecida a ideia do Centro de Referência Técnica em Políticas Públicas (CREPOP).

2007

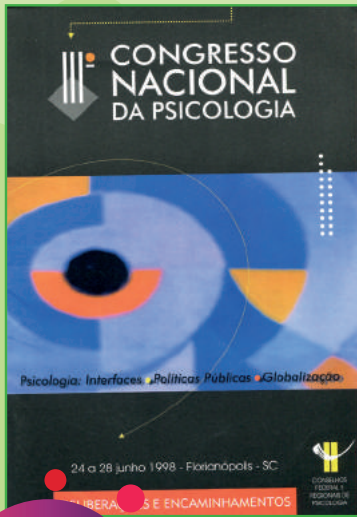


VI CNP: “Do discurso de compromisso social à produção de referências para a prática: construindo o projeto coletivo da profissão”

Entende-se que é hora de redigir um PL para mudar a Lei 5766, incluindo os mecanismos de democratização pactuados pela categoria. Amplificou-se a ideia das áreas de atuação do psicólogo, abordando questões como gênero, povos indígenas e DST/Aids.



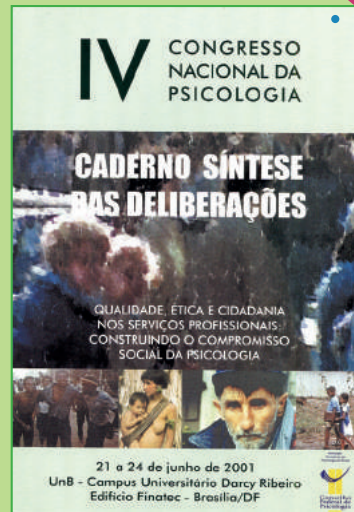
2004



1998

III CNP: “Psicologia: interfaces, políticas públicas e globalização”

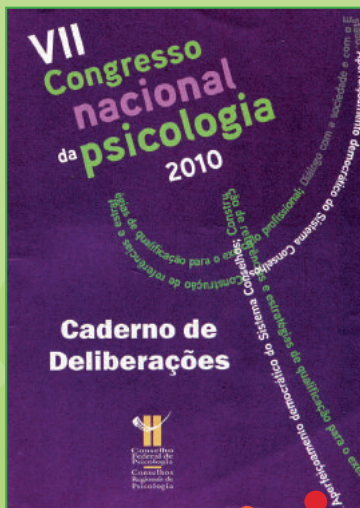
Firma-se a ideia de que a psicologia precisa se voltar para fora. Os Conselhos passam a ser compreendidos não como entidades apenas das/os psicólogas/os, mas entidades da psicologia a serviço da sociedade.



2001

IV CNP: “Qualidade, ética e cidadania nos serviços profissionais: construindo o compromisso social da psicologia”

No contexto da aprovação da Reforma Psiquiátrica, o compromisso social foi o tema dominante do IV CNP. Nesse momento entra em cena nos espaços de debate da categoria a pauta dos direitos humanos.



2010

VII CNP: “Psicologia e compromisso com a promoção de direitos: um projeto ético-político para a profissão”

O aperfeiçoamento democrático do Sistema Conselhos e a construção de referências técnicas para qualificar o exercício profissional foram os principais temas de debate. Aprovaram-se moções contra o PL 7703/06 do Ato Médico e pela legalização do aborto.



2013

VIII CNP: “Psicologia, ética e cidadania: práticas profissionais a serviço da garantia de direitos”

Valorização do espaço de diálogo das entidades da psicologia com o Sistema Conselhos. Ênfase forte na questão das políticas públicas e na ampliação da relação da psicologia com os gestores e com a sociedade.

Categoria já começa a discutir

DIRETRIZES PARA PRÓXIMO TRIÊNIO

Foto: Divulgação CRP-SP

Em sua fase mais capilarizada, etapa preparatória do CNP mobiliza psicóloga/os

O 9º Congresso Nacional de Psicologia (CNP) está marcado para acontecer entre os dias 16 e 19 de junho de 2016, mas é possível dizer que ele já começou. O processo que o prepara faz justamente com que o encontro das/os delegadas/os no evento nacional seja a ponta de um iceberg que, maior que a etapa final, possibilita ao longo dos meses anteriores a participação de psicólogas/os espalhadas/os por todo o Brasil.

Os eventos preparatórios

Camila Teodoro, conselheira do CRP-SP e coordenadora da Subsede Grande ABC, acredita que a grande dificuldade da fase dos eventos preparatórios e Pré-Congressos seja fazer com que a informação sobre o funcionamento do processo alcance toda a categoria. "Além do entendimento sobre esse processo preparatório, que é bastante democrático, existe o desafio de fazer com que a/o psicóloga/a se entenda como um sujeito que é passível de dizer como contribuir para a psicologia que ela/e quer. Todas as/os profissionais são parte deste processo", comenta.

O estado de São Paulo, composto por 10 subsedes, contou com ao menos 88 eventos preparatórios. Entre os temas que mais aparecem, frequentemente atravessados pelas pautas das políticas públicas e dos direitos humanos, estão gênero e sexualidade, justiça e sistema prisional, criança e adolescente, atendimento à pessoas com deficiência e mobilidade urbana.

Descentralização

Para Mirnamar Pagliuso, conselheira do CRP-SP e coordenadora da Subsede da Baixada Santista e Vale do Ribeira, a descentralização que caracteriza as etapas preparatórias ao CNP é de muita relevância "por permitir o acesso ao debate em locais que o CRP-SP tem mais dificuldade em estar presente. Desse modo, é possível que as propostas produzidas na região atendam à sua diversidade não só no que se refere a abordagem de temas, como também às especificidades de cada local". Lá, por exemplo, realizaram 13 eventos preparatórios. "As atividades foram muito ricas por trazerem situações que precisam de

articulação com movimentos sociais e as entidades da psicologia, como por exemplo a ABEP [Associação Brasileira de Ensino de Psicologia], pois muitas propostas estão relacionadas à formação”, conta.

“Na região do ABC paulista foram realizados eventos preparatórios sobre diversos temas: sobre a psicologia clínica (que teve auditório lotado), a psicologia organizacional e a do trabalho. Temos uma demanda significativa destas áreas na região. A clínica é uma área tradicional da psicologia e a organizacional é pelo fato da região ser um pólo industrial”, ilustra Camila Teodoro.

Nem sempre, no entanto, o processo tem sido fácil. Dario Teófilo, conselheiro do CRP-SP e coordenador da Subsede de Ribeirão Preto, diz sentir que “a categoria ainda não se apropriou completamente da descentralização do CNP”. “Apesar do comparecimento ter sido abaixo das nossas expectativas nes-

sa região, os debates que realizamos foram de alta qualidade”, avalia.

Além dos eventos preparatórios, o estado de São Paulo terá 32 Pré-Congressos, sendo 29 promovidos pelo CRP-SP e três organizados de forma autônoma. Nos Pré-Congressos são aprovadas as propostas locais e nacionais que serão levadas para as próximas etapas do CNP. Além disso, ali são eleitas/os as/os delegadas/os que participarão dos Congressos Regionais da Psicologia (COREPs). O COREP em São Paulo será entre os dias 29 de abril e 1 de maio.

Em cada município, das 10 regiões onde o CRP-SP tem subsede, pelo menos dois Pré-Congressos estão marcados. Para Mirnamar, “a regionalização e a descentralização das ações têm contribuído muito para a efetiva participação e intervenção da categoria nos rumos da psicologia para os próximos três anos de gestão”.

Agenda dos Pré-Congressos SP

Subsede Assis

Informações sobre local em: www.crpsp.org.br/assis/agenda

Presidente Prudente: Dia 17/03 (quinta-feira) às 19h.

Marília: Dia 23/03 (quarta-feira) às 19h.

Ourinhos: Dia 31/03 (quinta-feira) às 19h.

Assis: Dia 06/04 (quarta-feira) às 19h.

Subsede Baixada Santista e Vale do Ribeira

Informações sobre local em: www.crpsp.org.br/baixada/agenda

Registro: Dia 17/03 (quinta-feira) às 14h.

Santos: Dia 02/04 (sábado), consulte o horário no site.

Subsede Bauru

Informações sobre local em: www.crpsp.org.br/bauru/agenda

Botucatu: Dia 12/03 (sábado) às 9h.

Araçatuba: Dia 02/04 (sábado) às 9h.

Bauru: Dia 09/04 (sábado) às 9h.

Subsede Campinas

Informações sobre local em: www.crpsp.org.br/campinas/agenda

Piracicaba: Dia 10/03 (quinta-feira), consulte o horário no site.

Campinas: Dia 11/03 (sexta) às 9:30h.*

Campinas: Dia 19/03 (sábado), consulte o horário no site.

Subsede Grande ABC

Informações sobre local em: www.crpsp.org.br/abc/agenda

São Caetano do Sul: Dia 12/03 (sábado) às 9h.

Mauá: Dia 24/03 (quinta-feira) às 9h.

Santo André: Dia 02/04 (sábado) às 9h.

São Bernardo do Campo: Dia 09/04 (sábado) às 9h.

Subsede Metropolitana

Informações sobre local em: www.crpsp.org/site/agenda-crpsp.php

Osasco: Dia 19/03 (sábado) das 8h às 18h.

São Paulo: Dia 19/03 (sábado), consulte o horário no site.*

Guarulhos: Dia 02/04 (sábado) das 8h às 17h.

São Paulo: Dia 08/04 (sexta-feira), consulte o horário no site.*

São Paulo: Dia 09/04 (sábado) das 8h às 19h.

Subsede Ribeirão Preto

Informações sobre local em: www.crpsp.org.br/ribeirao/agenda

São Carlos: Dia 05/04 (terça-feira) às 19h.

Ribeirão Preto: Dia 07/04 (quinta-feira) às 19h.

Ribeirão Preto: Dia 09/04 (sábado) às 14h.

Subsede São José do Rio Preto

Informações sobre local em: www.crpsp.org.br/sjrpreto/agenda

Votuporanga: Dia 31/03 (quinta-feira) às 9h.

São José do Rio Preto: Dia 05/04 (terça-feira) das 08h30 às 14h.

Subsede Sorocaba

Informações sobre local em: www.crpsp.org.br/sorocaba/agenda

Itu: Dia 02/04 (sábado), consulte o horário no site.

Sorocaba: Dia 09/04 (sábado), consulte o horário no site.

Subsede Vale do Paraíba e Litoral Norte

Informações sobre local em: www.crpsp.org.br/vale/agenda

Lorena: Dia 23/03 (quarta-feira) às 19h.

Taubaté: Dia 30/03 (quarta-feira) às 19h.

São José dos Campos: Dia 02/04 (sábado) às 9h.

Caraguatatuba: Dia 09/04 (sábado) às 9h.

* Pré-Congresso livre

Se aproximam AS ELEIÇÕES DO SISTEMA CONSELHOS

No dia 27 de agosto, dia da/o psicóloga/o, a categoria escolherá as gestões regionais e nacional para o próximo triênio

Mais uma vez a psicologia se prepara para definir as gestões que estarão à frente, pelos próximos três anos, do Sistema Conselhos. A eleição acontece no dia 27 de agosto e abarcará tanto o pleito dos Conselhos Regionais de Psicologia (CRPs) quanto a consulta nacional para a gestão do Conselho Federal de Psicologia (CFP).

O voto

A votação acontecerá por internet ou por correspondência, podendo as/os psicólogas/os que residem a mais de 50 Km do posto de votação e que receberão a cédula por correspondência, optarem pela modalidade online. Também estarão disponíveis, no dia 27 de agosto entre as 8h e as 17h, os postos de votação: pontos físicos em que se poderá votar presencialmente, ainda que usando a mesma ferramenta via internet. “Nestes postos, uma equipe de psicólogas/os convocadas/os e explicitamente credenciadas acompanharão eleitoras/es, especialmente esclarecendo dúvidas sobre como votar”, descreve Mariana Serafim, integrante da Comissão Eleitoral Regional eleita em São Paulo (CRE-SP).

O horário de votação via internet começa às 8h do dia 24 de agosto, e termina no dia 27 de agosto às 17h. Essa será a segunda vez que a votação por internet é incorporada para a consulta pública e eleição do Sistema Conselhos.

O voto é secreto, pessoal, intransferível e obrigatório e é dado à chapa completa que estiver concorrendo. Aquela/e que não votar deve apresentar uma justificativa no prazo de dois meses, sob pena de uma multa a ser definida pela Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças (APAF). O voto é facultativo apenas para as/os psicólogas/os que tenham 70 anos ou mais.

Assim que forem homologadas as candidaturas – por volta da segunda quinzena de maio – as comissões eleitorais oficializarão quais são as chapas concorrentes. A partir daí as propostas de cada uma se tornarão públicas. “Entendido que o debate público é uma expressão da democracia em exercício na nossa profissão, este foi um importante incremento no regimento eleitoral aprovado em 2015, em que passa a ser tarefa obrigatória das comissões eleitorais a

organização de ao menos um debate online entre as chapas concorrentes”, garante Serafim.

Como se candidatar

Quem quiser compor uma chapa tem de ter nacionalidade brasileira, estar em dia com as obrigações eleitorais e militares, encontrar-se em pleno gozo dos seus direitos profissionais, estar adimplente com o CRP e não ter nenhuma condenação por infração ao código de ética há pelo menos cinco anos.

As inscrições de chapas para o CRP-SP – que devem ser compostas por 15 conselheiras/os efetivas/os e 15 suplentes – acontecem até o Congresso Regional de Psicologia de São Paulo (COREP-SP), entre 29 de abril e 1 de maio.

Já as inscrições para as chapas concorrentes ao CFP devem ser feitas por requerimento enviado à Comissão Eleitoral Especial (CEE) do CFP até o 9º Congresso Nacional de Psicologia (CNP), que será entre 16 e 19 de junho.



Foto: arquivo CRP-SP

Assembleia eleitoral realizada no auditório do CRP-SP

PL oficializa instâncias democráticas do Sistema Conselhos

Está em tramitação o Projeto de Lei 4364/2012, que propõe alterar a Lei 5766/71 (que cria o Sistema Conselhos de Psicologia), para formalizar dispositivos democráticos construídos pela categoria ao longo das últimas décadas.

Entre as propostas está a eleição direta para o Conselho Federal de Psicologia. Pela lei em vigor, a escolha seria feita por uma assembleia de delegados regionais. Na prática, a participação direta é garantida por meio de uma consulta nacional em que todas/os votam e que é apenas formalmente homologada por esses delegados regionais. Outra alteração integra o Congresso Nacional de Psicologia (CNP) e a Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças (APAF) para dentro da lei.

“Nessa mesma direção está a pactuação de que a eleição do CFP deve ser feita por chapa e não por um representante indicado por cada CRP. Se isso ocorresse haveria a eleição de um CFP sem diretrizes, composto por 22 ideias diferentes”, conta Ana Lopes, que integrou a gestão do CFP no período em que o PL foi construído.

“Essas deliberações já foram pactuadas pela categoria há mais de 20 anos. A Lei 5766/71 foi assinada por Emílio Médici. Registro que já delinea o quão cercado foi tal texto”, lembra Lopes.

A criação do PL, ideia aprovada em um CNP, foi fruto de um processo de debates capilarizados por todo o país. “Um Grupo de Trabalho foi delegado pela APAF a fim de cumprir tal tarefa e agregar contribuições ao texto”, recorda Ana Lopes.

A passos lentos, o PL circula na Câmara dos Deputados, agora em análise na Comissão de Seguridade Social e Família. “A tramitação tem sido difícil, aparentemente como muito do funcionamento das casas legislativas. É preciso aumentar a visibilidade sobre o quão estratégica é a discussão sobre esse projeto para a própria politização da profissão”, considera Ana: “A importância desse PL reside na ideia de que a democratização da profissão é veículo para que ela esteja em consonância com a população a qual esta mesma profissão se destina”.



Psicologia infantil E A CONSTRUÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO POSITIVA

Para Daniella Freixo o desafio para os pais é por uma ampliação de diálogos no lugar de tapas ou castigos

Foi depois de um dos já recorrentes sonhos nos quais se via rodeada de crianças que Daniella levantou, durante a noite ainda, e escreveu seu primeiro projeto para trabalhar na área infantil. Formada em psicologia pela PUC-SP e com especialização em psicologia analítica e transpessoal, a jungiana Daniella Freixo de Faria já tinha trabalhado com adultos e lhe chamava a atenção quando falavam de sua infância. “Um colo num dia difícil, uma conversa franca, as brincadeiras, mas também a palmada, a briga, o quanto crescer era desafiador. Enxergar as crianças que ainda estavam ali começou a me encantar”, conta.

É por isso que acredita ter sido ela, na verdade, quem foi escolhida pelo trabalho com crianças, seus pais e professores. Não imaginaria, naquele momento, que dali há alguns anos teria uma rede de mais de 170 mil pessoas na internet que acompanhariam seu trabalho na área infantil.

Outra educação

Como colocar limites? Bater ensina? E gritar? E a chupeta, a mamadeira? Como lidar com o processo de adaptação escolar? Esses são alguns dos temas que mais chegam à Daniella Freixo. “A demanda atual é por uma educação positiva pois os tapas, castigos e gritos não funcionam mais, principalmente com as crianças de hoje que possuem essa voz, esse lugar na família desde o dia em que nasceram”, afirma.

Para Daniella, vivemos num momento em que muitos pais não querem repetir a educação que receberam, mas frequentemente se percebem sem alternativa e o fazem. “Assumir uma postura coerente hoje em dia e que faça sentido com tamanha quantidade de informação tem sido um grande desafio para os pais”, aponta: “O que procuro fazer é sempre potencializar a família, os pais que, ao se ouvirem e se apropriarem dessa escuta interna, passam a trilhar com mais

tranquilidade o caminho tão desafiador e repleto de crescimento que é viver em família”.

Psicologia infantil no mundo digital

A partir das palestras em escolas e empresas, Freixo sentiu o tamanho da vontade dos pais por informação acolhedora a respeito da educação e do dia a dia com as crianças. Foi com isso em mente que, depois de 12 anos na psicologia infantil, nasceu seu primeiro livro, *Conversa com Criança - presença-caminho*, publicado em 2014 por meio de financiamento coletivo. “Muito mais do que dizer o que fazer, esse livro traz a reflexão sobre de que lugar a gente educa”, apresenta Daniella no vídeo de divulgação.

Foi na esteira de projetos como o do livro, incluindo artigos e um blog, que apareceu a ideia de periodicamente publicar vídeos no *youtube*. Começou como um teste, para ver no que dava. E não parou mais. As dezenas de perguntas que Daniella recebia rapidamente se transformaram em centenas.

“Castigo e consequência”, “Birra”, “Sexualidade”, “Separação dos pais”, “Compreensão dos não”, “Comportamentos irritantes”, “Como lidar com mentiras” e “Elogios” são alguns dos mais de 200 vídeos já em circulação.

A partir dos vídeos e da relação que a psicóloga desenvolveu com diferentes famílias por meio do mundo digital, começaram os trabalhos com grupos. “Hoje tenho um grupo de pais e mães voltados para essa caminhada rumo a uma educação positiva e um grupo de psicólogas formado por profissionais que me procuraram para aprender essa forma de trabalho que pratico com as crianças e famílias. Multiplicar esse olhar e cuidar antes sempre me encantou e, a cada dia, caminho mais nessa direção”, narra Freixo.

Mãe de duas filhas, a psicóloga infantil tem uma rotina puxada. Atende no consultório de manhã até o início da noite, fazendo um intervalo

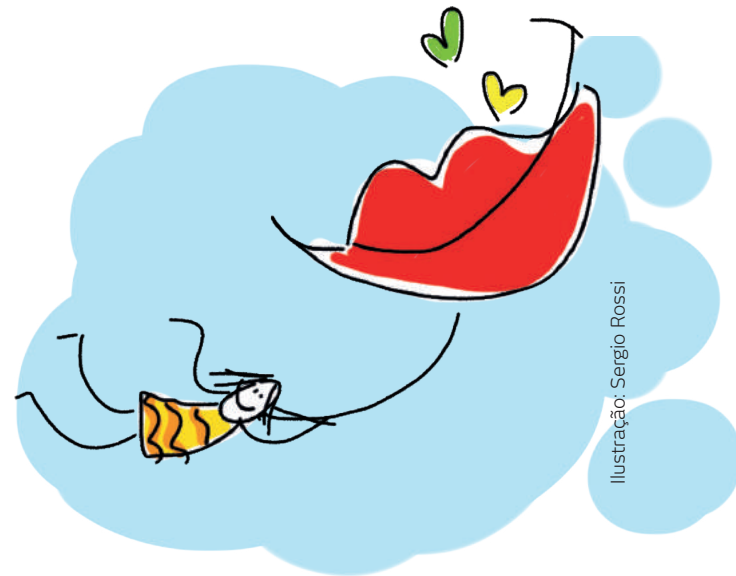
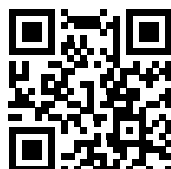


Ilustração: Sergio Rossi

para buscar as crianças na escola e almoçar com elas. Além disso, toca quinzenalmente os grupos de mães e de psicólogas, grava e publica os vídeos semanalmente e cuida diariamente de seus canais de comunicação. “É uma rotina intensa e bem movimentada. Estou sempre buscando novas informações em leituras, novos cursos, além de apoio através de psicoterapia e supervisão”, resume.



Foto: Arquivo pessoal



Veja o vídeo de Daniella Freixo usando o leitor de QR Code do celular/tablet ou acesse <http://kaywa.me/1kXCb>

Envie o seu vídeo para o projeto “Psicologia, todo dia em todo o lugar: para uma sociedade mais democrática e igualitária”, acesse: <http://migre.me/t6FKR>

Campanha 25 anos do ECA



Em comemoração aos 25 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o CRP-SP está organizando 25 rodas de conversa sobre distintos temas relacionados à infância e juventude. Em fevereiro, a Subseção da Baixada Santista e Vale do Ribeira lotou um auditório com profissionais e crianças para debater o trabalho infantil. O evento – organizado com o Conselho Municipal da Criança e Adolescente de Santos, a UNISANTOS, o Instituto Querô e o Centro Camará de Pesquisa e Apoio à Infância e Adolescência, ressaltou a necessidade de tirar o tema da sombra e da integração multiprofissional no combate à exploração do trabalho infantil.

Venha conhecer o Centro de Documentação



O CEDOC (Centro de Documentação do CRP-SP) faz parte do Projeto Memória da Psicologia e reúne materiais produzidos ao longo dos anos pelo Conselho e pela psicologia em São Paulo. Disponível para as/os psicólogas/os, pesquisadoras/es e público em geral, o acervo foi inaugurado em 2010 e já tem codificado mais de 1200 documentos bibliográficos

(livros, cadernos e jornais), iconográficos (folhetos, pôsteres e fotos) e audiovisuais (vídeos e entrevistas). Venha visitar: o CEDOC fica na Subseção Metropolitana do CRP-SP: rua Oscar Freire, 1800.

Pesquisa: direitos sexuais e reprodutivos

Por deliberação do último Congresso Nacional de Psicologia, o CREPOP (Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas) está realizando uma nova pesquisa nacional, desta vez destinada à produção de referências técnicas para a atuação das/os psicólogas/os em políticas públicas de direitos sexuais e reprodutivos. Se você, psicóloga/o, atua em locais que tenham financiamento público – ainda que parcial – contribua com a coleta de dados dessa nova pesquisa sobre direitos sexuais e reprodutivos: crepop.pol.org.br.



ERRATA edição nº 184 do Jornal Psi



Na reportagem “Aposta na pessoa que existe atrás da questão” da seção “Processo: acompanhamento” (edição nº 184 do Jornal Psi), intertítulo “Terapia em grupo”, retificamos que a técnica de trabalho aplicada pelo psicólogo Marcelo Marques de Oliveira no CRAS de São Vicente é a de atendimento em grupos, e não terapia grupal, conforme grafado no texto. Junto a profissionais da assistência social, o psicólogo realiza grupos de atendimento com famílias ditas vulneráveis e de extrema pobreza, com foco na tentativa da garantia de direitos sociais básicos.

EXPOSIÇÕES



Van Gogh

Vincent Van Gogh e outros pintores pós-impressionistas estarão em exposição em São Paulo no Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB) nesse primeiro semestre de 2016, provavelmente a partir de março. A lista das obras que virão ao Brasil ainda não está

fechada, mas inclui pinturas de Manet e Renoir. A mostra é organizada em parceria com o Museu d'Orsay, de Paris, um dos maiores expoentes em esculturas e fotografias de mestres do impressionismo, pós-impressionismo e realismo, como Monet, Degas, Matisse e Cézanne.

Darcy Penteadado

A mostra reúne figuras humanas em tamanho natural representando personagens vividos pelo artista e ativista LGBT Darcy Penteadado.

Com entrada gratuita, a exposição "Darcy Penteadado, o observador do humano", com mais de 30 painéis, fragmentos de obras e fotos do autor, ficará no Museu da Diversidade Sexual até o dia 8 de maio. O artista plástico, escritor, figurinista e cenógrafo também lutou pela redemocratização do Brasil e pela conscientização a respeito da epidemia da AIDS – que o vitimou em 1987.



FILMES



Nise: o coração da loucura

Com Glória Pires e direção de Roberto Berliner, o filme sobre a mulher que revolucionou a psiquiatria nos anos 1940 no Rio de Janeiro tem estreia prevista para 21 de abril. Nise da Silveira, ao sair da prisão e voltar ao trabalho num hospital psiquiátrico, se recusa a usar o eletrochoque no tratamento

de pacientes. Isolada pelos médicos, desenvolve a terapia ocupacional por meio de pintura, convívio com animais e respeito.

Numa escola em Havana

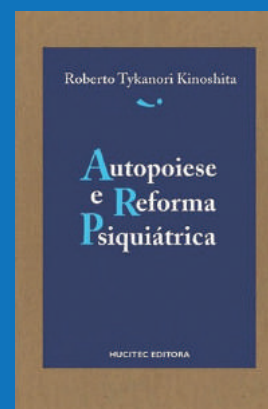
O longa do cineasta cubano Ernesto Daranas, premiado como melhor filme no Festival de Cinema de Havana em 2014, parte da relação entre uma professora experiente e um rebelde estudante de 11 anos para retratar a complexa Cuba de hoje e traz importantes reflexões para temas latentes no Brasil, como a educação e a redução da maioridade penal. "Se você quer que ele seja um delinquente, trate-o como um", afirma a professora.



LIVRO

Autopoiese e Reforma Psiquiátrica

Recém lançado, o livro de Roberto Tykanori – um dos pioneiros da luta antimanicomial brasileira – abarca a sua experiência política e clínica com debate filosófico. Autopoiese (do grego "auto" e poiese "criação"), conceito usado para designar a capacidade dos seres humanos de produzirem a si próprios, é o que orienta a sua análise sobre a Reforma Psiquiátrica e a saúde mental no Brasil.





VI Congreso ULAPSI

Buenos Aires - Argentina

8 al 11 de junio 2016

**Diálogos e interacciones de la
Psicología en América Latina**

*Construcción colectiva para la promoción
de derechos y el buen vivir*

Convoca: **Unión Latino-Americana de Entidades de Psicología – ULAPSI**

www.congresoulapsi2016.com.ar - *Informes:* congreso@ulapsi.org

Sede: *Facultad de Psicología y Psicopedagogía – Universidad del Salvador*

M.T.de Alvear 1335 – Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina